

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): INVESTIMENTOS E MELHORIA DOS INDICADORES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Francisco Alves da Silva¹, Rodrigo Carlo Toloi², João Gilberto Mendes dos Reis³, Moacir de Freitas Junior⁴, Marley Nunes Vituri Toloi⁵

¹ Graduando em Agronomia, IFMT Campus Confresa, Confresa, MT
(franciscocfs118@gmail.com)

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Paulista, UNIP, São Paulo, SP

³ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Paulista, UNIP, São Paulo, SP

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Paulista, UNIP, São Paulo, SP

⁵ Administradora do IFMT Campus Confresa, Confresa, MT

Recebido em: 31/03/2015 – Aprovado em: 15/05/2015 – Publicado em: 01/06/2015

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo estudar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o intuito de investigar seu impacto no desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios beneficiados pelo programa. Para isso analisou os investimentos do PRONAF realizados nos municípios do estado de Mato Grosso e comparou-se com os indicadores sociais do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que utiliza como bases de dados, estatísticas oficiais e públicas. Esse estudo permitiu verificar que praticamente todos os municípios do estado receberam recursos, sendo observada existência de correlação entre o nível do IFDM e o montante de liberação desses recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Econômico e Social, Investimento Infraestrutura do Campo, Região Centro-Oeste, Reforma Agrária.

NATIONAL PROGRAM OF SUPPORT TO FAMILY AGRICULTURE (PRONAF): INVESTMENTS AND IMPROVEMENTS OF SOCIAL INDEXES INTO MUNICIPALITIES OF MATO GROSSO STATE

ABSTRACT

The purpose of this work was studying the National Program of Support to Family Agriculture (PRONAF) in order to investigate its impact in human, economic and social development into municipalities supported by the program. Thus, this study analyzed the PRONAF investments into municipalities located in Mato Grosso state and compared with FIRJAN index of city developments (IFDM) that uses databases, official and public statistics. This research allowed checking that almost all the municipalities received these investments, and it was feasible observed the correlation between the IFDM level and the volume of resources provided.

KEYWORDS: Economic and social development, Center-Western Region, Região Centro-Oeste, Agriculture Infrastructure investments, Agrarian reform.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária é um conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição de terras, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender os princípios de justiça social e ao aumento de produtividade, conforme estabelece o Artigo 1º da Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964 (BRASIL, 1964). Entretanto, apesar do dispositivo de Lei, o Brasil mantém uma alta concentração de terra com pequenas partes da população.

Segundo LAMERA & FIGUEIREDO (2008) desativar o latifúndio e diminuir a concentração de terra nas mãos de uma pequena minoria foi o pensamento dos primeiros idealizadores da reforma agrária Brasil. Com a proposta de diminuir a concentração de terra, foi criado na década de 70 o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a intenção de promover a colonização do país (ARRUDA et al., 2003).

Desde a criação do INCRA foi possível identificar que o propósito de apenas colocar os camponeses num pedaço de chão não era garantia que resolvesse de vez os problemas (ARRUDA et al., 2003). Esse fato foi observado em diversos estados do Brasil, inclusive na Região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso.

LAMERA & FIGUEIREDO (2008), explicam que os projetos de assentamentos Mato-grossenses, comprovadamente, apresentam altíssimos índices de desistências e abandonos, o que é fato comum em outros projetos de assentamentos realizados no Brasil (ARRUDA et al., 2003). No entanto, a partir dos anos 90, cresceu a preocupação com a carência de infraestrutura desses assentamentos, pois esses apresentavam um cenário de extrema pobreza no campo (PICOLOTTO, 2009). Por essa razão, ocorreram mudanças no discurso dos gestores, demonstrando que a terra poderia ter uma função social, e que o processo de assentamento somente estaria completo quando os beneficiários estivessem inseridos no mercado de forma competitiva, reconhecendo assim a importância da viabilização de serviços e infraestrutura básica (GUANZIROLI, 2007).

Sendo assim, com a finalidade de responder aos problemas de infraestrutura no campo, em 1996, surge o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a partir da iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 1996). O PRONAF é um programa de incentivo do governo federal, que financia projetos individuais ou coletivos para financiar o custeio ou os investimentos necessários para estimular a renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. De acordo com SILVA & BERNARDES (2014) o PRONAF incluiu os agricultores familiares no quadro das políticas públicas, ao democratizar o acesso a recursos financeiros. Como consequência, espera-se a promoção do desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de seus beneficiários.

Este estudo pretende, quase vinte anos depois da implementação do PRONAF, avaliar os resultados desse para o desenvolvimento humano, econômico e social e humano dos assentamentos gerados pela reforma agrária, utilizando como objeto de estudo o estado de Mato Grosso. Para isso, o estudo buscou identificar quais são os principais municípios Mato-grossenses com assentamentos a utilizar os recursos do PRONAF, e avaliou o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) desses municípios para verificar a existência de relação entre a utilização de recursos do PRONAF e o desenvolvimento humano, econômico e social nessas cidades. A hipótese estabelecida por esse estudo é a de que os municípios com maior recebimento de recursos do PRONAF teriam um melhor IFDM do que aqueles municípios que tiveram menos recursos do PRONAF liberados.

MATERIAL E MÉTODOS

Para responder aos objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados neste estudo foram delineados com base em uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de um referencial existente, utilizando livros, artigos científicos, material disponibilizado pelo Banco Central e pela Federação da Indústria do Rio de Janeiro, através do relatório do IFDM.

A metodologia de desenvolvimento do trabalho foi realizada em três fases. Iniciou-se com a fase exploratória e documental em que ocorreu a revisão da literatura e foram levantados os dados referentes aos municípios Mato-grossenses que utilizaram recursos do PRONAF, selecionando os municípios que tiveram maior participação na captação dos recursos. Posteriormente, ocorreu a fase de coleta de dados, em que foram levantados os dados sobre o IFDM dos municípios Mato-grossense que tiveram maior participação na captação dos recursos do PRONAF.

Finalmente, em caráter qualitativo, utilizando a estatística descritiva, realizou-se a fase de análise e interpretação dos dados do relacionamento do IFDM com os investimentos feitos pelo PRONAF nos municípios Mato-grossenses. Os indicadores do IFDM foram escolhidos para serem utilizados na validação da efetividade do PRONAF, pois fornecem informações importantes como: esperança ao nascer, quantidade de médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso à água potável, entre outros. Existem também indicadores relacionados com a educação, verificando taxa de alfabetização e quantidade média dos anos na escola. Dessa forma, eles permitem analisar oportunidades no mercado de trabalho para a população residente em seu país (GREMAUD et al., 2008).

De acordo com a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN, 2009), o IFDM surgiu em resposta à ação 97 do Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, que propôs a criação de um índice para acompanhar de forma permanente o desenvolvimento humano, econômico e social no interior do estado. Esse índice segue a ideia do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, sendo referência como indicador socioeconômico amplo (HADDAD et al., 2012).

O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. Estas características possibilitam o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros, apresentando uma série anual, de forma objetiva e com base exclusiva em dados oficiais. Uma das vantagens do IFDM é permitir a orientação de ações públicas e acompanhar seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios – não obstante a possibilidade de agregação por estados.

O IFDM permite ainda a comparação quantitativa tanto serial, quanto temporal dos municípios analisados, isto é, ao saber que o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal varia entre zero e um, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade. Nesse sentido, estipularam-se as seguintes classificações: municípios com IFDM entre 0 e 0,4 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0, alto desenvolvimento (FIRJAN, 2009).

A FIRJAN na elaboração do indicador IFDM utiliza, como bases de dados, estatísticas oficiais e públicas, que são originadas muitas vezes nos registros administrativos obrigatórios. Esses grandes bancos de dados possuem as características de ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, além de baixo custo de coleta e fácil acesso ao público em geral.

Portanto, o indicador IFDM permite um acompanhamento socioeconômico por parte das gestões administrativas públicas, suprimindo uma necessidade real. Contudo, é importante ressaltar que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas, sim, de ações conjuntas e responsáveis das três esferas de governo, bem como da iniciativa privada e da sociedade civil organizada (FIRJAN, 2014).

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde, através de uma média aritmética simples (POSTALI & NISHIJIMA, 2011), como mostra a Figura 1.

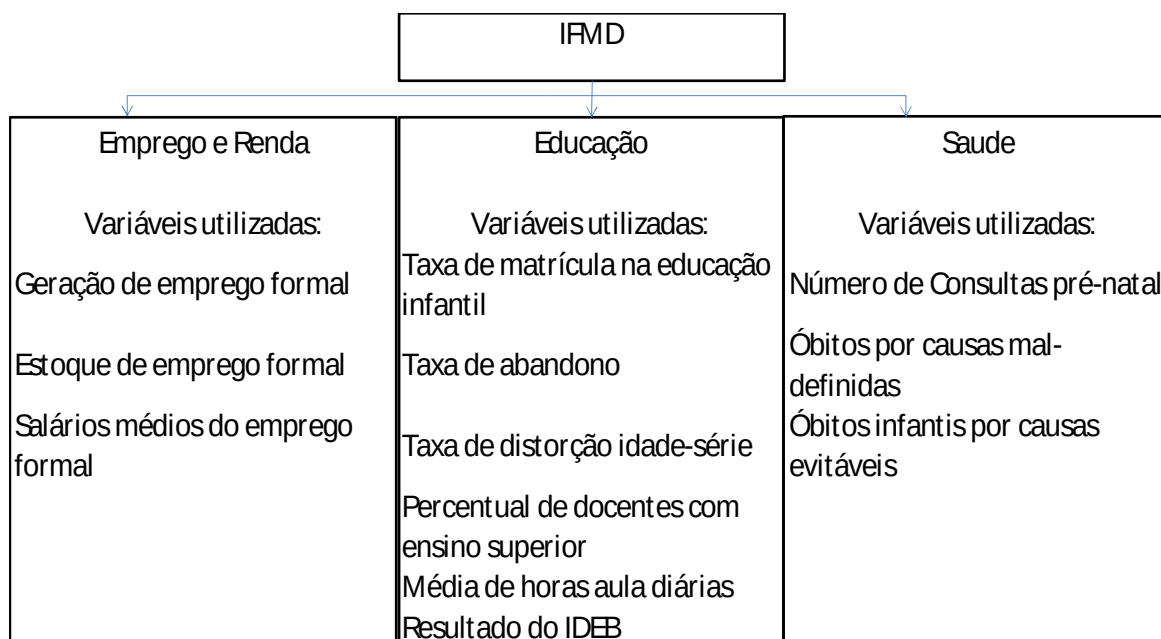


FIGURA 1. Síntese das variáveis do IFDM por área de desenvolvimento.

Fonte: FIRJAN (2014).

Assim, considerando todos esses aspectos a pesquisa produziu os resultados que são apresentados e discutidos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar enquadra os produtores rurais familiares como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária. Além disso, é necessário que residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo seis módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até dois empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA, 2009) considera estabelecimento integrante da agricultura familiar aquele dirigido pelo próprio

produtor rural e que utiliza mais a mão-de-obra familiar que a contratada, conforme apresenta Quadro 1.

QUADRO 1. Agricultura Familiar.

Caracterização dos agricultores familiares
Direção dos trabalhos do estabelecimento é do produtor
UTF > UTC e área total do estabelecimento área máxima regional
Unidade de Trabalho Familiar (UTF)
Pessoal ocupado da família de 14 anos e mais + (pessoal ocupado da família de menos de 14 anos)/2
Unidade de Trabalho Contratado (UTC)
(Salários + Valor da quota-parte entregue a parceiros empregados + Serviços de empreitada de mão de obra) + (Diária estadual x 260)

Fonte: MDA (2009)

Com o PRONAF, os agricultores familiares conquistaram maior atenção do governo federal e ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida. Até então, os instrumentos de apoio destinados a esta categoria estavam divididos em diversas políticas setoriais (política agrícola, programas de colonização, política de combate à pobreza rural) e em categorias operacionais (DAMASCENO, 2011).

Uma importante etapa desse programa foi à incorporação de novas linhas de apoio, seja através da inserção dos excluídos pelas políticas agrícolas - como mulheres, jovens, pescadores, indígenas e quilombolas - seja pela inclusão, reconhecimento e legitimação de novas atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural - industrialização em escala familiar, turismo rural e agro combustível (WESZ JUNIOR, 2010).

O PRONAF é formado por várias linhas de crédito, destacando para efeito deste relatório, o chamado PRONAF A e o PRONAF B (Microcrédito Produtivo – grupo B). Portanto, existe no país arranjo institucional e normativo diferenciado dentro da legislação do crédito rural especialmente construído para atender aos pequenos produtores rurais. As linhas de crédito relativas ao PRONAF A e B beneficiam essencialmente agricultores familiares assentados por programas de reforma agrária e aqueles não contemplados por linhas de créditos referentes a outros programas

Nesta última década, o PRONAF passou a ser considerado um importante instrumento de Estado ao possibilitar a captação de capital financeiro e humano o que pode viabilizar a obtenção da sustentabilidade dos agricultores e de suas famílias. Com base nos princípios de participação, parceria, descentralização e gestão social.

Em suma, essas duas linhas de crédito são direcionadas para agricultores familiares, geralmente sem patrimônio, com insuficiência de terra ou dela fazendo uso em condições de posse, arrendamento ou comodato. Em qualquer caso, possuem baixa renda. Embora o volume de crédito disponibilizado pelo governo federal e a quantidade de famílias beneficiadas pelo PRONAF aumentem a cada ano, não há um consenso a respeito dos impactos do programa em relação ao

crescimento da renda e à melhoria do padrão de vida dos agricultores. Algumas pesquisas realizadas com o intuito de avaliar o PRONAF mostraram que o programa apresenta efeitos positivos (GUANZIROLI, 2007).

Apesar da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local, regional e nacional, e dos elevados custos de operacionalização do PRONAF, poucos estudos foram realizados para avaliar o programa no que diz respeito à contribuição para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, assim como ao seu impacto na geração de emprego e renda. Um estudo com esse objetivo pode oferecer subsídio ao governo federal para verificar se as políticas que pretendem melhorar o bem-estar dos agricultores familiares estão surtindo efeito em municípios distantes e estão funcionando adequadamente (DAMASCENO et al., 2011). No entanto o programa requer mais estudos para avaliar a sua eficácia.

Os principais agentes financeiros que operacionalizam o PRONAF são bancos públicos: Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Além desses, existem alguns agentes financeiros estaduais e algumas cooperativas de crédito que trabalham com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Quadro 2 apresenta as diferentes modalidades de PRONAF, bem como os limites de financiamento, taxas de juros, prazos e períodos de carência, disponibilizados para fomentar a agricultura familiar. Por exemplo, os créditos de investimento podem ser utilizados para aquisição de matrizes e reprodutores, isoladamente, desde que no projeto ou proposta fique comprovado que os demais fatores necessários ao bom desempenho da exploração, especialmente, alimentação, instalações, mão de obra e equipamentos, são suficientes.

Já os recursos destinados para o custeio e comercialização são aplicados no beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização; adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda; financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Apesar da importância do PRONAF é preciso investigar acerca do desenvolvimento que os produtores familiares e a infraestrutura dos assentamentos vêm sofrendo com a utilização dos recursos captados por esse programa. Uma forma de proceder esta verificação pode ser através da utilização de indicadores do IFDM, haja vista que estes medem a qualidade de vida de uma população.

QUADRO 2. Modalidades de PRONAF

LINHA E GRUPOS	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III	MAIOR PRAZO	CARENÇA MAIOR
Pronaf Custeio	Até R\$ 10 mil. Juros de 1,5% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil Juros de 3% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 80 mil Juros de 4% a.a.	12 meses	N/A
Pronaf Investimentos (mais alimento)	Até R\$ 10 mil. Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil Juros de 2% a.a.		10 anos	2 anos
Microcrédito rural	Investimento: até R\$ 25 mil por operação. Juro de 0,5 a. a. Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 7,5 mil.			10 anos	5 anos
	Custeio: nas condições estabelecidas no MCR 10.4.2.a			1 anos	N/A
Pronaf Agroecologia	Até R\$ 10 mil. Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil. Juros de 2% a.a.		8 anos	3 anos
Pronaf mulher	Até R\$ 2,5 mil, Juros de 0,5% a. a. Para os grupos A, A/C e B	Até R\$ 10 mil, juro de 1% a. a. Mais de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil, juros de 2% a. a. Para Grupo V.		8 anos	3 anos
Pronaf eco	Até R\$ 10 mil. Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil. Juros de 2% a.		variável	variável
Pronaf eco dendê	Até R\$ 18 mil/ha; Até R\$ 10 mil, juro de 1% ao ano. Acima de R\$ 15 mil/ha e até R\$ 80 mil por mutuário, juros de R\$ 2% a.a.			14 anos	6 anos
Pronaf eco SERINGUEIRA	Até R\$ 15 mil/ha; Até R\$ 80 mil por mutuário, juros de R\$ 2% a.a.			20 anos	8 anos
Pronaf agroindústria	Individual até R\$ 130 mil; Cooperativa e associações até R\$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R\$ 10 mil. Juro de 1% a.a.	Individual acima de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil; Cooperativa e associações acima de R\$ 1 milhão e até R\$ 30 milhões, respeitando o limite individual de até R\$ 40 mil. Juros de 2% a.a.		12 anos	N/A
Pronaf semiárido	Até R\$ 18 mil, juro de 1% a.a.			10 anos	5 anos
Pronaf jovem	Até R\$ 15 mil, juro de 1% a.a.			10 anos	5 anos
Pronaf floresta	Até R\$ 35 mil, juro de 1% a.a.			20 anos	12 anos
Pronaf custeio e comercialização de agroindústrias familiares	Individual até R\$ 10 mil; Empreendimento familiar rural - até R\$ 210 mil; Associações - até R\$ 4 milhões; Cooperativas até R\$ 10 milhões e Cooperativas Centrais R\$ 30 milhões. Juros de 4% a.a.			12 meses	N/A
Pronaf cota-parte	Individual: até R\$ 20 mil; Cooperativa - até R\$ 20 milhões. Juros 4% a.a.			6 anos	variável
Pronaf investimento para a reforma agrária	Até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil para ATER. Juro 0,5 a.a. Bônus de adimplência de 44,186%			10 anos	5 anos
Pronaf custeio para reforma agrária	Até R\$ 5 mil por operação; até 3 operações; juros 1,5 a.a.			2 anos	N/A

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é composta por 141 municípios pertencente ao Estado de Mato Grosso. Nestes municípios foram levantados o número de contratos com o PRONAF, bem como o volume de recursos captados desta fonte. Estes dados foram organizados por meio de planilha eletrônica e posteriormente submetidos a análise de correlação com o IFDM, a fim de verificar a existência de relação entre as quantidades de contratos, os valores contratados do PRONAF e o Desenvolvimento dos Municípios. Foi escolhida a correlação tendo em vista que ela mede o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas, desta forma permitindo atingir aos objetivos propostos no estudo.

Tendo em vista a proposta de analisar, o quanto a utilização dos recursos do PRONAF, promove o desenvolvimento nos municípios, serão apresentados dados referentes à utilização de recursos no Centro-Oeste, Mato Grosso e posteriormente dos municípios Mato-grossenses.

Os contratos assinados com o PRONAF no ano de 2011, somente na Região Centro-Oeste do País foram de 51.201. A Tabela 1 descreve o montante de contratos do PRONAF, fechados na Região Centro Oeste do País, no ano de 2011.

TABELA 1. Utilização do Pronaf na Região Centro Oeste no ano de 2011.

Centro Oeste PRONAF	Custeio		Investimento	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor
	29.107	R\$ 398.444.043,73	22.094	R\$ 532.218.451,29

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL – (BACEN, 2011).

A Tabela 1 permite identificar que a quantidade de custeio que foram contratadas no ano de 2011 supera a quantidade de contratos de investimento. Todavia, o montante do recurso que foram contratados para a realização de investimentos foram 33,57% superiores aos contratos para a atividade de custeio. Tal situação sugere que os produtores da agricultura familiar da região Centro-Oeste, estão buscando realizar melhorias nas suas atividades produtivas.

O estado de Mato Grosso é responsável pela realização de 25,45% dos contratos da atividade de custeio da região Centro-Oeste, com 7.407 assinados no ano de 2011 (BACEN, 2011). Para as atividades de Investimento somente o estado de Mato Grosso foi responsável por 37,64% de todos os contratos assinados, movimentando um montante de R\$ 236.714.146,37, o que corresponde a 44,48% de todo o recurso financeiro da atividade de investimento disponibilizado na região Centro-Oeste, conforme Tabela 2.

TABELA 2. Utilização do Pronaf no Estado de Mato Grosso no ano de 2011

Mato Grosso PRONAF	Custeio		Investimento	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor
	7407	R\$ 123.832.120,51	8317	R\$ 236.714.146,37

Fonte: Adaptado de BACEN, (2011).

A Tabela 3 apresenta os 10 principais municípios do estado de Mato Grosso a utilizar os recursos do PRONAF no ano de 2011. Vale acrescentar que estes municípios foram responsáveis por captar 34,15% de todo o recurso do PRONAF investidos no estado de Mato Grosso, o que equivale a R\$ 2.168.262.855,92,

enquanto que este grupo foi responsável por apenas 14% de todos os contratos fechados com o PRONAF.

TABELA 3. Principais municípios Mato-grossenses que utilizaram recursos do PRONAF no ano de 2011

MUNICÍPIO	TOTAL	
	Contrato	Valor (R\$)
Sorriso	909	279.322.882,81
Campo Verde	546	273.772.314,22
Primavera do Leste	525	249.699.288,35
Sapezal	358	248.250.946,26
Novo São Joaquim	461	230.857.082,29
Nova Mutum	816	26.614.842,26
Campo Novo do Parecis	400	205.628.292,10
Lucas do Rio Verde	542	170.372.486,57
Diamantino	527	149.456.598,96
Nova Ubiratã	569	134.288.122,10
Total	5653	2.168.262.855,92

Fonte: Adaptado de BACEN, (2011).

Outro fato a ser destacado deste grupo é com relação à finalidade do recurso captado, tendo em vista que 59,88% dos contratos assinados foram destinados para aplicar no custeio das atividades, enquanto que 34,04% para a realização de investimentos e apenas 6,09% para as atividades de comercialização. Além do levantamento realizado com os principais municípios que utilizam o PRONAF, também foi observado os dez municípios com a menor participação na utilização dos recursos do PRONAF. Tal comparação permitirá uma melhor elucidação da contribuição que a utilização dos recursos do PRONAF traz ao IFDM, Tabela 4.

TABELA 4. Municípios Mato-grossenses com menor utilização dos recursos do PRONAF no ano de 2011

MUNICÍPIO	TOTAL	
	Contrato	Valor
Várzea Grande	30	2.929.128,63
Araguainha	37	2.184.515,15
Novo Horizonte do Norte	60	2.150.270,29
Rio Branco	78	2.090.491,88
Colniza	26	2.047.331,28
Serra Nova Dourada	18	1.853.518,26
Ponte Branca	26	1.577.300,50
Curvelândia	42	1.505.382,37
Novo Santo Antônio	4	758.802,64
São Pedro da Cipa	11	452.246,48
Total	332	17.548.987,48

Fonte: Adaptado de BACEN, (2011).

Conforme observado na Tabela 4, os 10 municípios que tiveram a menor participação nos recursos do PRONAF no ano de 2011, juntamente contabilizaram um montante de R\$ 17.548.987,48 representaram apenas 0,28% do total de

recursos aplicados no estado no período. Ao considerar o volume de contratos assinados, verifica-se que estes municípios participaram com apenas 0,80% do número total das contratações.

Do total de contratos assinados, 51,81% foram para as atividades de custeio, enquanto que 47,29 % para os investimentos nas propriedades e apenas 0,90% para as atividades de comercialização agropecuária. Pode ser observado que é comum em ambos os casos, tanto nos municípios que tem grande participação, quanto naqueles que tem menor captação de recursos do PRONAF, que a maioria dos contratos seja destinada para as atividades de custeio, e não para a realização de investimentos.

Por outro lado, nota-se que os municípios que tem menor participação na captação de recursos do PRONAF utilizam um percentual maior para a realização de investimentos quando comparado com os municípios que tem maior participação, seja 38,46% contra 24,45% respectivamente, isso pode ser justificado pela necessidade de criar melhores condições de trabalho e produtividade.

PRONAF e a relação com o IFDM

O IFDM Brasil ficou em 0,7320, que é considerado um desenvolvimento moderado. Mato Grosso seguiu a mesma tendência e também apresentou um índice moderado 0,6448. Mato Grosso apresenta um quadro socioeconômico melhor do que a maioria do Brasil, uma vez que 108 dos seus 141 municípios (76,6%) apresentaram IFDM moderado ou alto, frente a 60,7% observados em nível nacional. Além disso, 13 municípios mato-grossenses ficaram entre os 500 maiores IFDMs do país.

Dentre os 10 principais municípios elencados, a Tabela 05 apresenta os seus respectivos IFDMs, com destaque para a cidade de Lucas do Rio Verde que teve IFDM 0,8839, o maior índice do estado, e classificado entre os 100 primeiros do País. Lucas do Rio Verde além de ser o município Mato-grossense com o maior IFDM, ainda é o único município do estado com alto desenvolvimento nas três áreas acompanhadas pelo IFDM (Saúde, Emprego e Renda e Educação).

A média do IFDM dos 10 principais municípios quanto à utilização de recurso do PRONAF, ficou acima da média do IFDM Brasil, isso em função de que os municípios apresentaram classificação moderado desenvolvimento na área de emprego e renda e alto desenvolvimento na área de saúde, conforme divulgado pelo FIRJAN (2014), Tabela 5. Na outra ponta dos municípios menos expressivos na utilização de recursos do PRONAF, a Tabela 6 apresenta o IFDM dos respectivos municípios, que além de estarem entre os menores IFDMs do estado ainda apresentaram recuo nas três vertentes e passaram a figurar entre os 10 piores IFDMs de Mato Grosso.

Procurou-se, nessa pesquisa, identificar o nível de relação entre variáveis selecionadas, descritas na Tabela 7 e para isso foi utilizado o Coeficiente de Correlação de Pearson. Inicialmente, procurou-se identificar a existência de algum nível de correlação entre as variáveis de “Crédito” e “IFDM”, nos municípios de Mato Grosso.

TABELA 5. IFDM dos principais municípios que utilizam recursos do PRONAF, em 2011

MUNICÍPIO	IFDM
Sorriso	0,8033
Campo Verde	0,7914
Primavera do Leste	0,8399
Sapezal	0,7808
Novo São Joaquim	0,6345
Nova Mutum	0,8071
Campo Novo do Parecis	0,7976
Lucas do Rio Verde	0,8839
Diamantino	0,7763
Nova Ubiratã	0,7395
Média	0,7854

Fonte: FIRJAN (2014).

TABELA 6. IFDM dos municípios menos expressivos na utilização de recursos do PRONAF em 2011

MUNICÍPIO	IFDM
Várzea Grande	0,7114
Araguainha	0,7060
Novo Horizonte do Norte	0,5835
Rio Branco	0,5805
Colniza	0,5782
Serra Nova Dourada	0,4755
Ponte Branca	0,6414
Curvelândia	0,6749
Novo Santo Antônio	0,5830
São Pedro da Cipa	0,6297
Média	0,6164

Fonte: FIRJAN (2014)

TABELA 7. Resumo das variáveis selecionadas para o estudo de correlação.

Variável	Descrição
Crédito	Valor total liberado pelo PRONAF, para todos os municípios de Mato Grosso. No ano de 2011.
Contratos	Numero total de contratos do PRONAF assinados em todos os municípios de Mato Grosso. No ano de 2011.
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (permite dimensionar o nível de desenvolvimento do município, no âmbito econômico, de educação e saúde)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A hipótese do estudo é a de que as os municípios com maior utilização dos recursos do PRONAF tenderiam a ter um melhor IFDM, enquanto que os municípios que tivessem menor utilização teriam um IFDM pior, Tabela 8.

TABELA 8. PRONAF e IFDM dos municípios mais expressivos na utilização de recursos do PRONAF em 2011.

MUNICÍPIO	TOTAL		IFDM
	Contrato	Valor (R\$)	
Sorriso	909	279.322.882,81	0,8033
Campo Verde	546	273.772.314,22	0,7914
Primavera do Leste	525	249.699.288,35	0,8399
Sapezal	358	248.250.946,26	0,7808
Novo São Joaquim	461	230.857.082,29	0,6345
Nova Mutum	816	226.614.842,26	0,8071
Campo Novo do Parecis	400	205.628.292,10	0,7976
Lucas do Rio Verde	542	170.372.486,57	0,8839
Diamantino	527	149.456.598,96	0,7763
Nova Uiratã	569	134.288.122,10	0,7395
Média	5653	2.168.262.855,92	0,7854

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando analisado a Tabela 8 com os municípios que apresentaram uma maior captação de recursos do PRONAF é possível perceber que há uma correlação positiva, muito forte, entre a captação de recursos do PRONAF e o IFDM dos municípios (0,675). Isso é explicado pelo fato de que os recursos captados serão empregados para gerar novos postos de trabalho, promovendo uma melhoria na renda, investimentos que por consequência promove o desenvolvimento da saúde e da educação, e diretamente refletindo no IFDM, conforme esperado.

E quando analisado com os municípios que apresentaram uma maior captação de recursos do PRONAF (Tabela 8), é possível perceber que há uma correlação positiva, porém fraca, entre o número de Contratos Assinados e o IFDM dos municípios (0,293), em virtude de que o número de contratos muitas vezes pode não representar um aporte de recursos financeiro expressivo a ponto de promover o desenvolvimento do IFDM, no município onde são assinados.

Com relação aos municípios menos expressivos na captação de recursos do PRONAF, indicados na Tabela 9, é possível perceber que há uma correlação positiva, muito fraca, entre a captação de recursos do PRONAF e o IFDM dos municípios (0,093). Conforme observado na Tabela 4, os 10 municípios que tiveram a menor participação nos recursos do PRONAF no ano de 2011, juntamente contabilizaram um montante de R\$ 17.548.987,48 representaram apenas 0,28% do total de recursos aplicados no estado no período. Ao considerar o volume de contratos assinados, verifica-se que estes municípios participaram com apenas 0,80% do número total das contratações.

TABELA 9. PRONAF e IFDM dos municípios menos expressivos na utilização de recursos do PRONAF em 2011

MUNICÍPIO	TOTAL		IFDM
	Contrato	Valor (R\$)	
Várzea Grande	30	2.929.128,63	0,7114
Araguainha	37	2.184.515,15	0,7060
Novo Horizonte Do Norte	60	2.150.270,29	0,5835
Rio Branco	78	2.090.491,88	0,5805
Colniza	26	2.047.331,28	0,5782
Serra Nova Dourada	18	1.853.518,26	0,4755
Ponte Branca	26	1.577.300,50	0,6414
Curvelândia	42	1.505.382,37	0,6749
Novo Santo Antônio	4	758.802,64	0,5830
São Pedro Da Cipa	11	452.246,48	0,6297
Média	332	17.548.987,48	0,6164

Fonte: Elaborado pelos autores.

Desse modo os resultados permitem inferir que o PRONAF reduz indiretamente a pobreza via elevação da renda média e redução da concentração de renda, estando de acordo com as observações de BATISTA & NEDER (2014).

CONCLUSÃO

Utilizando os dados coletados e análise de correlação, foi possível concluir que quase todos os municípios do estado de Mato Grosso obtiveram recursos do PRONAF. Além disso, observou-se a existência de correlação entre o nível de IFDM do Município e a maior captação de recursos do PRONAF.

A análise da distribuição dos recursos mostrou que houve forte concentração das liberações em alguns municípios que pode ter influenciado na existência de correlação entre o PRONAF e o IFDM. Outro fato a ser destacado é que no caso dos municípios que captam a maioria dos recursos, observou-se uma grande frequência daqueles que apresentam IFDM classificados como “alto”, e uma baixa frequência para os classificados como menos expressivos na captação de recursos financeiros.

Considera-se, porém que este resultado não indicou que o Programa não tenha apresentado impactos importantes. Em primeiro lugar, ainda que questionando o excesso de concentração, observou-se a abrangência da liberação dos recursos do PRONAF pela quase totalidade dos municípios de todo o Mato Grosso, o que mostra o potencial da malha bancária de liberação de recursos.

Em segundo lugar, tal como salientado, as Políticas Públicas que tenham como intuito a diminuição de assimetrias de desenvolvimento (em sentido amplo) existentes, não podem ter seu impacto avaliado meramente pela via de quantum econômico. No caso da agricultura familiar, por exemplo, a manutenção do homem no campo e a geração de condições de sobrevivência podem ser consideradas como um resultado positivo do programa.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, É. E.; LIMA-FILHO, D. O.; SPROESSER, R. L. Perfil dos trabalhadores assentados no assentamento Itamarati, em Mato Grosso do Sul. In: XLI

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2003, Juiz de Fora/MG. Anais... [CD-ROM]. Juiz de Fora: SOBER, 2003.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: mar. 2015.

BATISTA, H. R.; NEDER, H. D. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 147–166, 2014.

BRASIL. DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em 24 de março de 2015.

BRASIL. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 14 Set. 2013.

DAMASCENO, N. P., KHAN, A. S., LIMA P. V. P. S. O Impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: IFDM, 2011**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014.

GREMAUD, A.P. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun. 2007.

HADDAD, E. A.; FERREIRA NETO, A. B.; PEROBELLI, F.S. Fragmentação geopolítica: uma análise estrutural das propostas de separatismo no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 16, n. 4, p. 531–566, 2012.

LAMERA, J. A; FIGUEIREDO A. M. R. **Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso**; Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco - Acre, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

PICOLOTTO, E. L. A emergência dos agricultores familiares como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário (La Plata)**, v. 18, p. 00-00, 2009.

POSTALI, F. A. S.; NISHIJIMA, M. Distribuição das rendas do petróleo e indicadores de desenvolvimento municipal no Brasil nos anos 2000. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, n. 2, p. 463–485, 2011.

SILVA, E. H. F. M. da; BERNARDES, E. M. Logical framework as a methodology for evaluating public policies: an analysis of Pronaf. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 721–743, 2014.

WESZ JUNIOR, V, J. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: Uma Análise do PRONAF. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 04, p.567-596, oct/dez 2010.